

Assembleias pressionam por NEGOCIAÇÃO

Os sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) realizaram assembleias em todas as empresas do Grupo Eletrobrás entre os dias 30/05/2016 e 03/06/2016. As assembleias tinham por objetivo debater as estratégias e os encaminhamentos da campanha nacional dos eletricitários refe-

rente ao ACT 2016/2017, ao pagamento da PLR 2015 e à luta pela manutenção das empresas públicas do setor de energia. As assembleias por imensa maioria deliberaram pelo indicativo de paralisação das atividades por 72 horas caso a Eletrobras não con-

firmasse para o dia 08/06/2016 a realização da rodada de negociação que vinha sendo sucessivamente adiada pela empresa. No dia 07/06/2016 o CNE esteve reunido em Brasília-DF, onde os dirigentes sindicais fizeram a avaliação das assembleias e se prepararam para a reunião com a Eletrobras. No decorrer do dia, em contato telefônico com dirigentes do CNE, a Assesso-

ria de Relações Trabalhistas da Eletrobras reafirmou a disposição da Eletrobras em realizar a negociação na manhã do dia 08/06/2016, razão pela qual o movimento de paralisação de 72 horas não deve acontecer. As informações sobre os desdobramentos da reunião ainda não eram conhecidas no fechamento

desta edição do LinhaViva. Ao término da reunião de negociação estava prevista uma nova avaliação pelos dirigentes sindicais do CNE, que devem encaminhar boletins com informes, bem como estabelecer um novo calendário de assembleias

informativas e deliberativas referentes à campanha pelo ACT 2016/2017, o pagamento da PLR 2015 e a defesa das empresas públicas. Os sindicatos que compõem a Intersul estiveram representados nas atividades do CNE em Brasília. Acompanhe os boletins da Intersul e do seu sindicato. A participação de cada trabalhador é que pode nos fortalecer nesta luta!

"As assembleias deateram as estratégias da campanha nacional dos eletricitários referente ao ACT 2016/17, ao pagamento da PLR 2015 e à luta pela manutenção das empresas públicas do setor de energia"

CNE
SETOR ELÉTRICO: PRIVATIZOU, ENCARECEU, ESCURECEU!!!
NÃO à Privatização do Setor Elétrico
 Ganho Real e PLR
 Revisão do Modelo do Setor Elétrico Já!
 Ampliação de Conquistas
 Garantia de Emprego
 CAMPANHA NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS 2016

SEMINÁRIOS REGIONAIS

Seminários debaterão futuro da Celesc Pública e das representações dos trabalhadores

Leia na pg. 2

PLP 286/16

Ataque à representação dos trabalhadores nos fundos de pensão continua

Leia na pg. 3

Fundação Elos pode sofrer INTERVENÇÃO

PARTICIPANTES PRETENDEM SOLICITAR INTERVENÇÃO NA ELOS

"Tudo começou em agosto de 2011 quando, em reunião do Conselho Deliberativo da Elos, foi acertado que a fundação deveria se adequar às alterações da Lei 108, que extinguiu o artigo 54 desta lei (diz o artigo 54: Sempre que ocorrer insuficiência de cobertura os Patrocinadores são responsáveis pela recomposição do equilíbrio econômico e financeiro dos respectivos Planos de Benefícios)"

Aposentados cobertos pelo Plano de Benefícios BD-ELOS/Tractebel, que conta com aproximadamente dois mil participantes, estão tendo que cobrir um déficit do plano que é de responsabilidade da empresa. Tendo em vista que correspondência enviada pela Fundação Elos para a PREVIC - órgão que fiscaliza os fundos de pensão e aprova seus estatutos e regulamentos -, não atendeu a orientação do Conselho Deliberativo, estes aposentados estão avaliando a possibilidade de solicitar à PREVIC uma intervenção na Fundação Elos para apurar as responsabilidades. Os participantes/pensionistas pretendem ir até o fim e não arcar com este

pagamento. Tudo começou em agosto de 2011 quando, em reunião, o Conselho Deliberativo da Elos concordou que a fundação deveria se adequar à Lei 108, e extinguir o artigo 54 do Estatuto da Fundação Elos (diz o artigo 54 "Sempre que ocorrer insuficiência de cobertura os Patrocinadores são responsáveis pela recomposição do equilíbrio econômico e financeiro dos respectivos Planos de Benefícios"). Este artigo seria inserido no Regulamento do Plano de Benefícios BD-ELOS/Tractebel, "sem qualquer alteração de texto". Acontece que o artigo nunca foi inserido no regulamento do plano pela Diretoria Executiva, e tão pouco a cor-

respondência encaminhada à PREVIC solicitou que tal alteração fosse feita.

Como consequência a Tractebel se recusou a cobrir a totalidade do déficit. Neste sentido, propôs no Conselho Deliberativo bancar apenas 2 terços do déficit, e que os participantes do plano, exceto os que recebem apenas o piso, paguem o restante. Esta forma de equalização, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Elos com os votos favoráveis dos representantes indicados pelas patrocinadoras Tractebel e Eletrosul, sendo que os 3 representantes eleitos votaram contra. Agora os aposentados terão que correr atrás do prejuízo.



TRIBUNA LIVRE

A política de recuperação de perdas não técnicas é uma fraude

Por Davi Coelho, trabalhador da Celesc e dirigente sindical do Sintevi

Até tentei evitar o trocadilho, mas não resisti. Afinal, por que não recuperar receita através da fiscalização de furtos de energia, medidores com defeito, ligações clandestinas e ligações sem medição? É um segredo que os trabalhadores da empresa gostariam de saber. Imagino que deva ser uma equação muito difícil a ponto de não ser explicada ou tão fácil que não seja necessária.

Qual a razão de jogar tanto dinheiro e energia pelo ralo? É fato que essa decisão de não fiscalizar é uma política de gestão e não é de hoje. Na ARITA, o último contrato com uma terceirizada para fiscalizar medições encerrou em meados de 2009. Praticamente sete anos de liberdade total para os fraudadores. O furto de energia se tornou um negócio tão lucrativo que já é possível encontrar profissionais especializados, equipes uniformizadas e tabela de preços.

É verdade que já foi bem pior, mas hoje o quadro reduzido de eletricitistas da comercial estão sobrecarregados basicamente na execução de aferições a pedido do consumidor e ressarcimento de danos elétricos. Pra escandalizar, apenas com esses dois serviços a quantidade de fraudes encontradas é absurda. Imagine, o cliente com irregularidade na medição reclamando de consumo alto e danos elétricos. Avaliem o sentimento

de impunidade. As denúncias se acumulam. Algumas já vem até com fotos e ameaças de denunciar a mídia, caso a Celesc não tome providências. O extremo é o cidadão fazer a denúncia

"Qual a ação da diretoria comercial para conter essa sangria nos cofres da empresa? Que eu saiba, nenhuma ação. Pior, não há mais quadros treinados nas agências regionais para dar conta dessa tarefa a curto prazo. Na última década houve o desmonte das equipes técnicas especializadas"

de furto de energia diretamente no Ministério Público. Até o público externo já tomou conhecimento da nossa deficiência. As poucas fiscalizações executadas são seletivas e objetivam minimizar essas reclamações.

Considerando que a ANEEL remunera as perdas até 7,5%, ainda assim o rombo é absurdo. Questionado sobre o assunto, o representante dos empregados no Conselho de Administração confirmou que a situação é realmente grave e que as perdas não técnicas podem ultrapassar os R\$ 40 milhões, além do remunerado pela ANEEL, somente no primeiro trimestre. Agora, projete isso para o ano, para os próximos cinco, dez anos.

Qual a ação da diretoria comercial para conter essa sangria nos cofres da empresa? Que eu saiba, nenhuma ação. Pior, não há mais quadros treinados nas agências regionais para dar conta dessa tarefa a curto prazo. Na última década houve o desmonte das equipes técnicas especializadas.

Segundo a equipe de auditores que trabalharam na ARITA no mês de abril, somente aqui e em Jaguá do Sul existe trabalho de recuperação de receita através de fiscalização, muito aquém do necessário, mas que vem crescendo. Já tivemos recuperação de R\$ 230 mil em um único mês. Isso é só uma amostra do que pode ser feito. Sei que para chegar aos milhões apresentados para o CA falta muito, mas vai que a diretoria comercial acorde pra realidade.



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina

Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)

Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz

Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC CEP 89216-000 (047) 3028-2161 E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

SEMINÁRIOS REGIONAIS PROMOVEM DEBATE SOBRE O FUTURO DA CELESC

Trabalhadores também farão avaliação da edição especial do LV

Iniciam nesta quinta-feira, dia 09 os Seminários Regionais. Promovidos pelos sindicatos que compõem a Intercel em conjunto com o Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc, Leandro Nunes, o evento tem como objetivo debater o futuro da Celesc Pública e a atuação das representações dos trabalhadores da empresa.

Os seminários farão o debate sobre o diagnóstico das Regionais, realizado pela equipe do Linha Viva e publicado neste mês. Além disso, a avaliação da atuação dos sindicatos da Intercel

será refeita, com base nos dados coletados no último Seminário, realizado em 2013.

Também a trajetória de atuação dos representantes dos empregados no Conselho de Administração da Celesc será avaliada pelos celesquianos.

Os Seminários Regionais serão realizados até o dia 29 de junho, abrangendo todas as Agências Regionais e dando a oportunidade aos trabalhadores de todo o estado de debaterem a gestão da Celesc e aprimorarem as representações da categoria para a luta em defesa da empresa pública.

SINERGIA

SEJA UM REPRESENTANTE SINDICAL!

Trabalhadores podem se inscrever até 10/06

Voce tem só até sexta-feira, 10 de junho, para se inscrever nas eleições para representante sindical do Sinergia. Pode se inscrever todo trabalhador filiado ao sindicato até 4 de abril de 2016. As inscrições devem ser feitas individualmente com o preenchimento de ficha de inscrição com uma foto 3X4, e entregá-la para um dirigente sindical ou na secretaria do sindicato. As eleições acontecem no dia 4 de julho na Celesc, Eletrosul, ONS, Ce-rej, Tractebel e Uirapurú.

O representante sindical é o elo entre o trabalhador(a) e o sindicato. Escolhido por seus colegas de trabalho ele desempenha papel fundamental na ação sindical.

CELESC

PRAZO PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO VAI ATÉ 06 DE JULHO

Avaliação iniciou nesta semana e é importante para o PCS

Desde a última segunda-feira, dia 06, está aberta para os trabalhadores da Celesc a avaliação de desempenho do Plano de Cargos e Salários (PCS).

Os questionários ficarão disponíveis até o dia 06 de julho, dando ampla oportunidade para os celesquianos exercitarem seu olhar sobre suas atividades e sobre o serviço de seus companheiros. Após a divulgação das avaliações, os trabalhadores que discordarem dos resultados terão disponíveis 2 instâncias de recurso administrativo. A primeira é encaminhada ao

gerente da área e vai de 11/07 a 15/07. Ainda assim não havendo consenso, os trabalhadores poderão apresentar recurso, entre os dias 25 e 29/07, à CRH, com participação dos sindicatos da Intercel. A avaliação de desempenho é parte importante da progressão por merecimento do PCS e todos os trabalhadores devem ficar atentos e participarem, consolidando a avaliação como uma das mais fundamentais e justas ferramentas para a progressão na carreira profissional da Celesc.

FUNDOS DE PENSÃO

ATAQUE A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES EM FUNDOS DE PENSÃO CONTINUA

Temer proíbe nomeações, aguardando aprovação do PL 286/16 no Congresso

O ataque aos direitos dos trabalhadores anda a passos largos no Governo Federal. Após ter sido aprovado no Senado, o projeto de lei que restringe a participação dos trabalhadores na gestão dos fundos de pensão estatais corre em caráter de urgência, após influência do presidente interino.

Temer, anunciou que irá suspender todas as nomeações para diretorias ou presidências de estatais e fundos de pensão. A justificativa é a consolidação das novas regras para indicações, proveniente do PLP 268/16. Novamente sob a máscara da melhoria de gestão, a proposta cria regras que excluem trabalhadores da gestão das

fundações, deixando-as nas mãos de "profissionais de mercado com qualificação técnica". Na prática, o projeto reduz o direito dos participantes de gerir seus próprios recursos nos fundos de previdência complementar, deixando os trabalhadores à mercê das regras ditadas pelas patrocinadoras, que terão poder de indicar diretores e conselheiros, sem eleição.

Os sindicatos da Intercel e Intersul, através da Anapar buscam articular com parlamentares da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados a rejeição do projeto, apontando o retrocesso que representa a PLP 268/2016.



Na corda BAMBA

POR DINO GILIOLI

A menos de um mês na presidência do Brasil, o “governo de salvação nacional” terá que se virar para conseguir salvar (talvez) o seu mandato provisório. Além de sua baixa popularidade, Michel Temer acumula desgaste e falta de credibilidade.

A divulgação de diálogos do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, derrubou o ministro do Planejamento, Romero Jucá, e o da Transparência, Fabiano Silveira. Na gravação, Jucá sugeriu que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff poderia deter a Operação Lava Jato.

O novo líder do governo na Câmara dos Deputados, André Moura, da tropa de choque de Eduardo Cunha, é investigado por tentativa de homicídio e réu na Lava Jato.

Após ser criticado pela ausência de mulheres na sua gestão, Temer indicou Fátima Pelaes para Secretaria de Política para Mulheres. Ela é suspeita de participar de uma articulação criminoso.

Situação que complica ainda mais o presidente em exercício é o recente pedido de prisão feito por Rodrigo Janot, procurador-geral da República, dos senadores Renan Calheiros, José Sarney e Romero Jucá, e do deputado federal Eduardo Cunha. Todos da alta cúpula do partido de Michel Temer, o PMDB.

Além dessas questões, a base aliada que garantiu a admissibilidade do impeachment da presidenta afastada cobrará caro pelo serviço. Qualquer deslize no atendimento de interesses desses grupos, ou isoladamente, pode não garantir o

afastamento definitivo de Dilma. O senador Romário renunciou à comissão do impeachment, fazendo críticas a Temer.

Quem prometeu apaziguar e unificar o país, não deverá ter sossego. Continuará enfrentando intensas mobilizações, também em repúdio a medidas retrógradas que pretende aplicar. Tais como, o retorno da privatização em setores estratégicos para o Brasil e a redução de direitos trabalhistas.

Ou seja, Michel Temer terá muita dificuldade de se equilibrar na corda bamba em que se transformou seu carcomido governo provisório. Se divulgados na íntegra os diálogos de Sérgio Machado, de seu filho Expedito Machado Neto e de outros delatores, poderão surgir novos fatos inesperados.

